Destaque Rural Nº 354

09 de Dezembro de 2025

DISTRIBUIÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE TÍTULOS MINEIROS EM MOÇAMBIQUE

Jerry Maquenzi

RESUMO

Este Destaque Rural (DR) tem como objectivo analisar o nível de concentração da distribuição dos títulos mineiros e respectivas áreas atribuídas às empresas em Moçambique[1]. O texto mostra que os títulos mineiros em Moçambique (licença de prospecção e pesquisa, certificado mineiro e concessão mineira) concentram-se a Norte do Save. Cerca de 1/3 do território nacional encontra-se concessionado a actividades mineiras. As províncias de Cabo Delgado, Nampula e Tete são as que apresentam maior percentagem de concessões mineiras. Constatou-se, ainda, que existe uma distribuição irregular de títulos mineiros, concentrando-se numa minoria de empresas economicamente fortes e em alguns indivíduos com ligações ao poder central.

1. INTRODUÇÃO

A legislação do sector mineiro[2], nas décadas de 1990, 2000 e 2010, foi importante para a atracção de investimentos directos nacionais e estrangeiros. Ao longo desse período, o país passou a registar uma maior procura de todos os tipos de títulos mineiros e culminou com atribuições em massa.

O acesso aos títulos mineiros constitui um assunto mediático em Moçambique. Grandes empresas estrangeiras, em aliança com empresas nacionais, têm vindo a adquirir inúmeros títulos mineiros abrangendo extensas áreas, concentrando o acesso a estes recursos num grupo restrito de actores político-económicos. O país possui uma área territorial de cerca de 799 mil km^2, dos quais, cerca de 1/3 está atribuído em títulos mineiros a particulares e a empresas nacionais e estrangeiras para exploração de recursos mineiros. O sector é

[1] Este DR é parte de um estudo intitulado "Acesso a Títulos Mineiros em Moçambique – Grupos Económicos e Configurações Políticas" e concentra-se unicamente na análise descritiva dos dados.
[2] Lei de minas e de terras.

dominado por um pequeno grupo de empresas com sócios economicamente fortes e outros com ligações fortes com o poder central.

O presente texto procura apresentar e mostrar o nível de concentração dos títulos mineiros em Moçambique, tomando em consideração a sua distribuição regional (Norte, Centro e Sul do país) e provincial, e por grupo de empresas.

Em termos metodológicos, o estudo assentou na análise de dados secundários extraídos do Portal de Cadastro Mineiro de Moçambique, nomeadamente, nome da empresa ou mandatário, área atribuída, província de localização do investimento e minérios explorados. A análise dos títulos mineiros em Moçambique incidiu sobre três tipos de títulos mineiros: licença de prospecção e pesquisa, certificado mineiro e concessão mineira no período entre 1993 e 2023.

2. PRIVATIZAÇÃO DO SECTOR, BUROCRACIA E FAVORITIVISMO POLÍTICO: BREVE ENQUADRAMENTO DA EXPLORAÇÃO MINEIRA EM MOÇAMBIQUE

Os contextos políticos, económicos e sociais em Moçambique na primeira década após a proclamação da independência, levaram o país a adoptar uma estratégia que enfrentasse o contexto de fechamento ao resto do mundo em que se encontrava, tendo a economia aberto ao capital internacional e abandonado a estratégia de cariz mais socialista. Em 1982, cerca de 73% das empresas eram estatais (Pitcher, 2003, p. 796) e, num cenário de economia de guerra, grande parte apresentava problemas de funcionamento. Perante as enormes dificuldades económicas, o governo aceitou uma intervenção das Instituições de Bretton Woods (IBW), implementando um conjunto de reformas com vista a abrir o país à economia de mercado. Em 1984, o governo aprovou a lei de investimento directo estrangeiro e estabeleceu as condições em que os investimentos deveriam ocorrer no país (Moçambique, 1984, p. 86).

Com a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987, indivíduos mais próximos dos centros de decisão e de empresas públicas aproveitaram essa posição para aquisição do parque empresarial do Estado. A seguir às privatizações e à abertura da economia de Moçambique ao capital internacional, assistiu-se a uma nova era económica, política e social (Matos & Medeiros, 2017). Em 1986, o governo cria a primeira Lei de Minas (Moçambique, 1986). Posteriormente, o Governo actualizou o quadro legislativo do sector mineiro, nomeadamente, através das leis de minas de 2002 e 2014 e respectivos regulamentos. Estas mudanças na legislação buscavam preencher algumas lacunas, sobretudo as relacionadas com dimensões sociais, económicas e culturais (acesso à terra e rendimentos) das famílias rurais.

De acordo com Monjane (2014, citado em Cortez, 2018), "*a legislação do sector mineiro e o processo burocrático administrativo para atribuição de licenças de prospecção, pesquisa e a concessão mineira oferece alguns incentivos ao favoritismo político, sendo a discricionariedade no poder de alocação uma fonte proeminente para o efeito*". Cortez (2018, citando Monjane 2014) afirma que todos os pedidos de títulos mineiros que entraram no cadastro mineiro no período entre 2009 e 2011, solicitados por indivíduos da elite política, económica ou do topo da gestão do aparelho do Estado, foram para atribuição de licenças de prospecção e pesquisa ou concessão mineira (Cortez, 2018, p. 134).

Em Moçambique, a lei de minas estabelece sete tipos de títulos mineiros (Moçambique, 2014): licença de prospecção e pesquisa (LPP); concessão mineira; certificado mineiro; senha mineira; licença de processamento mineiro; licença de tratamento mineiro e licença de comercialização[3].

3. CONTEXTO DO SECTOR MINEIRO EM MOÇAMBIQUE

3.1. Distribuição Geográfica dos Títulos Mineiros

A distribuição regional e por província dos títulos mineiros em Moçambique está fortemente associada à sua estrutura geológica. Existem dois tipos de estruturas geológicas no país, nomeadamente: Pré-câmbricos e Fanerozóicos[4] (Manuel, 2015, p. 9).

O mapa que se segue resume a distribuição por província e regional de títulos mineiros em Moçambique. Constata-se, a Norte do rio Save, com uma maior concentração de áreas mineiras concessionadas a indivíduos e empresas, com diferentes tipos de títulos mineiros, e a região Sul do Save, com uma menor concentração de áreas e títulos mineiros.

[3] Dos três tipos de títulos mineiros analisados no presente estudo (licença de prospecção e pesquisa - LPP, certificado mineiro e concessão mineira), o regulamento da lei de minas define a área mineira máxima que um cada tipo de título pode possuir, distinguindo entre a LPP de recursos minerais para construção (198 hectares) e a LPP de outros recursos minerais (19.998 hectares). Para certificado mineiro, o regulamento distingue: 198 hectares para pedreiras e 297 hectares para areeiros e outros recursos minerais. A concessão mineira constitui um tipo de título mineiro sem limitações de área, conforme o regulamento da lei de minas (Moçambique, 2015) A área designada para a senha mineira não pode exceder 90 hectares.

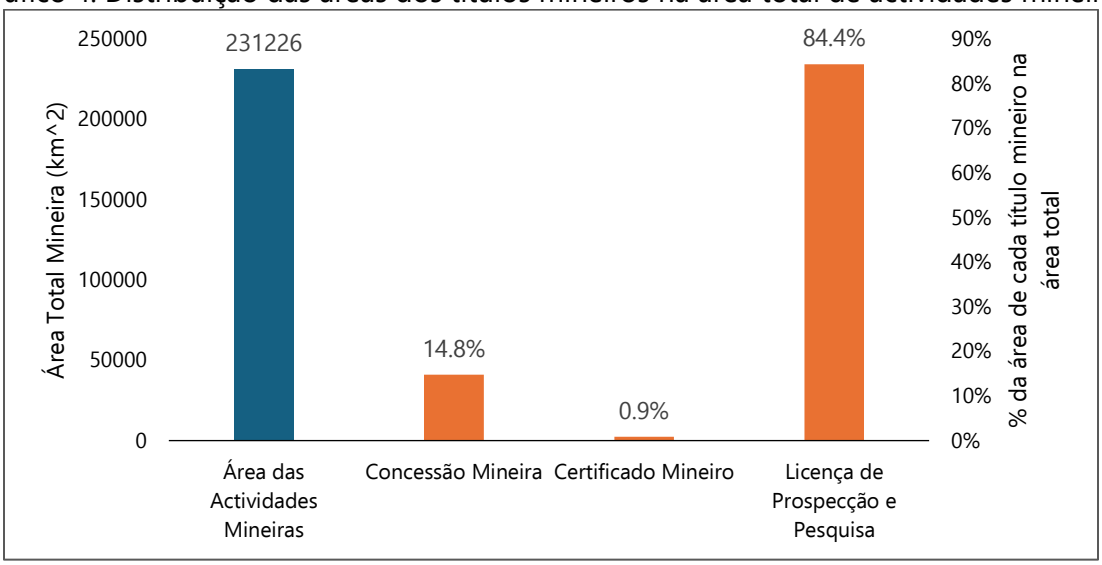
[4] Pré-câmbrico é uma formação geológica constituída por rochas mais antigas formadas há mais de 600 milhões de anos. Fanerozóico é caracterizado por formações sedimentares e rochas ígneas extrusivas (escoadas lávicas) do Supergrupo do Karroo.

Mapa 1: Distribuição espacial de títulos mineiros, por tipo, em Moçambique

Fonte: Portal de Cadastro Mineiro de Moçambique

Considerando a área de Moçambique (799.380 km^2), pode-se constatar que 29% (231.226 km^2) da sua área total está concedida a actividades mineiras: dos quais 84,4% com licenças de prospecção e pesquisa, 14,8% certificados mineiros e 0,9% de concessão mineira.

Gráfico 4: Distribuição das áreas dos títulos mineiros na área total de actividades mineiras

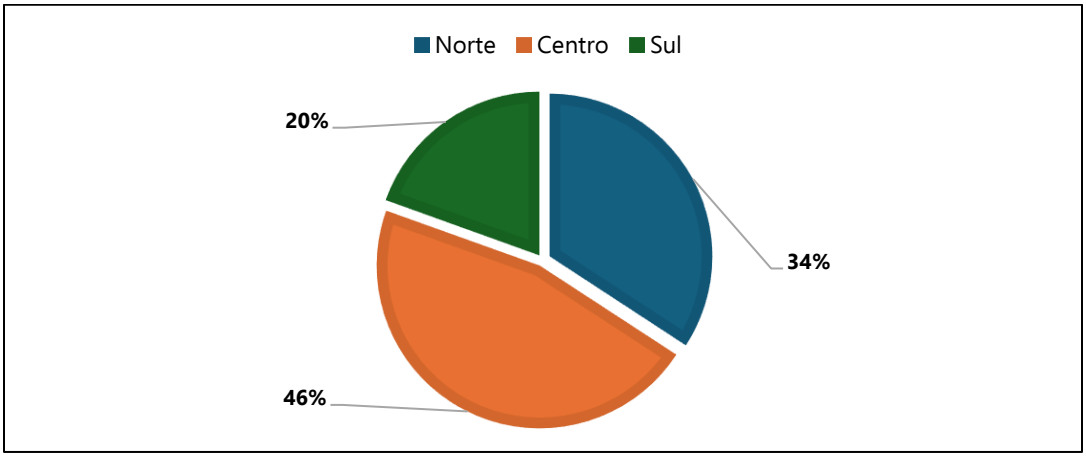


Fonte: Portal do Cadastro Mineiro de Moçambique

3.2. Distribuição Regional dos Títulos Mineiros e Suas Áreas

Foi analisado um total de 3.218 títulos mineiros dos seguintes três tipos: Licença de prospecção e pesquisa, certificado mineiro e concessão mineira. Do total dos títulos mineiros analisados, 46% concentram-se na região Centro do país (províncias de Zambézia, Tete, Manica e Sofala), 34% dos títulos no Norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula) e 20% no Sul do país (Inhambane, Gaza e Maputo) (ver gráfico 1).

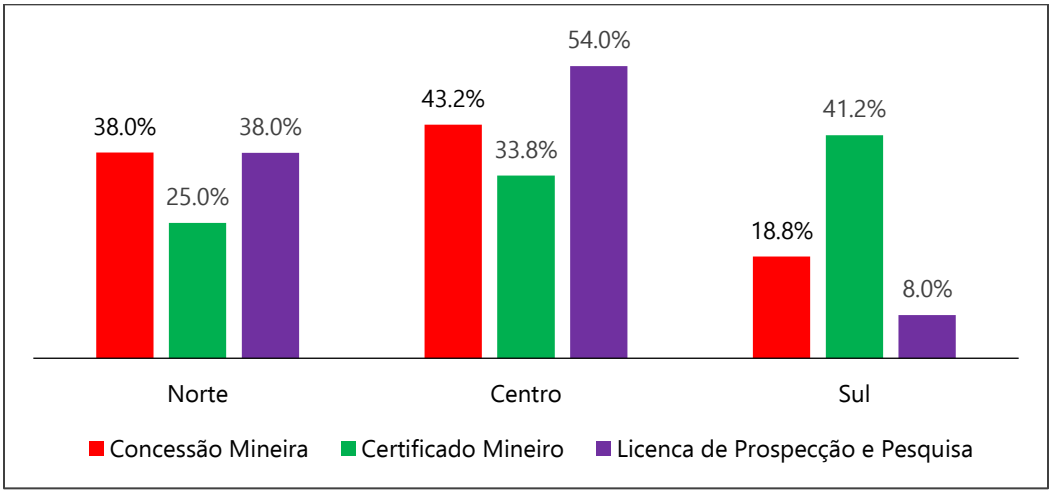
Gráfico 1: Distribuição regional dos títulos mineiros em Moçambique



Fonte: Portal do Cadastro Mineiro de Moçambique

Na região centro do país há uma maior percentagem de títulos de concessão mineira (43,2%) e de licença de prospecção e pesquisa (54%). No Sul, há maior percentagem de certificados mineiros (41,2%). No Norte de Moçambique, há maior percentagem de concessão mineira (38%) e de licença de prospecção e pesquisa (38%), e os certificados mineiros representam 25% dos títulos concedidos (ver gráfico).

Gráfico 2: Distribuição regional de título mineiro, em percentagem

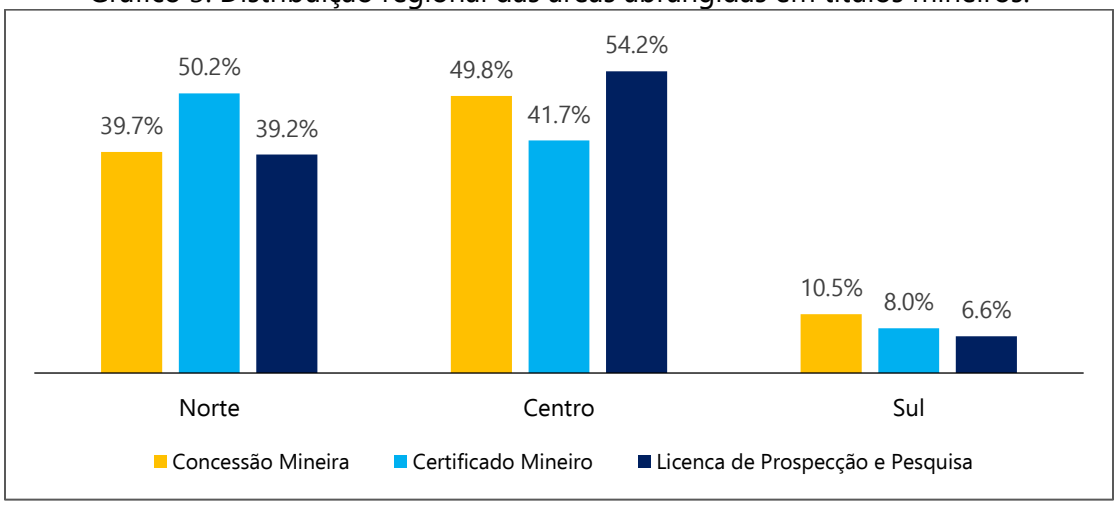


Fonte: Portal do Cadastro Mineiro de Moçambique

Em termos de áreas abrangidas nos títulos mineiros(ver gráfico 3), metade da área total abrangida por certificados mineiros está no Norte do país; quase metade (49,8%) da área abrangida por concessões mineiras e mais de metade (54,2%) da área abrangida por licença de prospecção e pesquisa estão na região Centro. Os títulos mineiros localizados no Sul do país apresentam menor percentagem de áreas mineiras, o que está fortemente associado aos tipos de títulos mineiros (certificados mineiros)[5] e aos tipos de recursos minerais (areia e pedra para construção) explorados nesta região.

[5] Ver os limites máximos estabelecidos para este tipo de título mineiro na nota de rodapé nº 4.

Gráfico 3: Distribuição regional das áreas abrangidas em títulos mineiros.

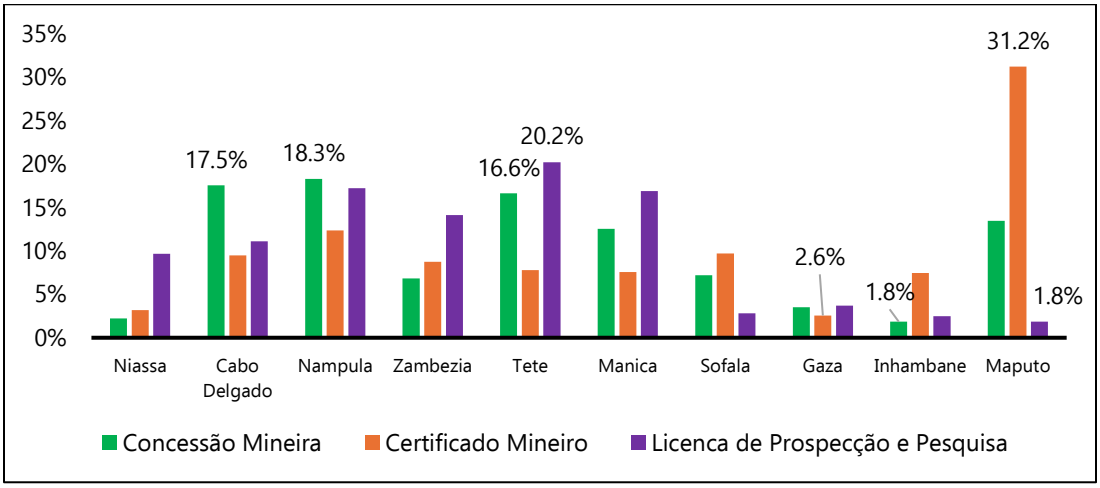


Fonte: Portal do Cadastro Mineiro de Moçambique

3.3. Distribuição dos Títulos Mineiros por Província

O gráfico 5 apresenta a distribuição dos três tipos de título mineiro analisados por província, podendo-se constatar que as províncias de Cabo Delgado (17,5%), Nampula (18,3%) e Tete (16,6%) possuem maiores percentagens de concessões mineiras. A província de Maputo destaca-se nos certificados mineiros (31,2%). As províncias do Niassa, Gaza e Inhambane apresentam menores percentagens em todos os tipos de títulos analisados.

Gráfico 5: Distribuição dos títulos mineiros por província



Fonte: Portal do Cadastro Mineiro de Moçambique

Relativamente às concessão mineira atribuídas a, os dados recolhidos no portal do cadastro mineiro mostram que nas províncias de Cabo Delgado e Tete a maior quantidade foi exploração de ouro, rubi, grafite e carvão, e nas províncias de Nampula e Maputo os recursos mais solicitados são as areias pesadas, calcário, areias e pedra de construção.

3.4. Distribuição de áreas nos três principais títulos mineiros em Moçambique

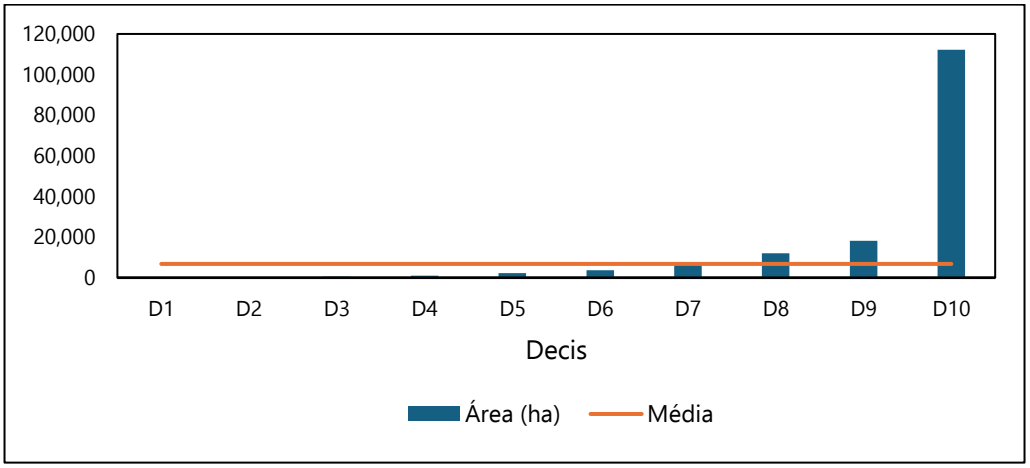
Nesta secção são apresentados resultados sobre as áreas mineiras atribuídas a indivíduos e empresas em Moçambique. Foram objecto de análise os indivíduos e empresas com os títulos mineiros emitidos (em *vigor*) num total de 1.400 títulos (correspondente a 43,5% do total dos títulos mineiros analisados).

Os dados sobre as áreas mineiras foram analisados em decis e são comparados com a média da área total de cada tipo de título mineiro.

a) Concessão Mineira

Relativamente à concessão mineira, as empresas Mwiriti Mining, Lda., Enrc Mozambique, Lda. e Kenmare Moma Mining (Mauritius), Lda. possuem áreas superiores à média de 6.795,8 hectares/concessão. Estas empresas encontram-se no décimo decil. A área total da Mwiriti Mining, Lda., correspondente a 112.150 ha, é superior ao somatório das áreas territoriais dos distritos de Marracuene (66.600 ha) e Matola (37.300) ou do distrito de Metuge (109.400 ha). Da mesma forma, as empresas Enrc Mozambique, Lda. (68.870 ha) e Kenmare Moma Mining (Mauritius), Lda. (39.420 ha) detêm áreas superiores aos distritos de Marracuene e Matola. Os dados revelam que o processo de licenciamento mineiro em Moçambique está a criar condições para a formação de oligopólios e os grupos económicos envolvidos têm acesso privilegiado ao poder central. Estas três empresas ocupam uma área total correspondente a 6,5% do total da área concessionada neste tipo de título mineiro (3,4 milhões de hectares).
As empresas que detêm as concessões mineiras possuem, simultaneamente, um título que lhes conferem o uso exclusivo da terra (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra - DUAT), pelo qual não se permite o desenvolvimento de actividades fora do objecto de concessão. Por esta razão, em zonas de mineração, as famílias são impedidas de realizar as suas actividades económicas. Esta acção tem conduzido à redução da capacidade das famílias rurais de prover alimentos aos membros do agregado familiar e ao agravamento da insegurança alimentar dos mesmos.

Gráfico 6: Distribuição das áreas das concessões mineiras, por decil

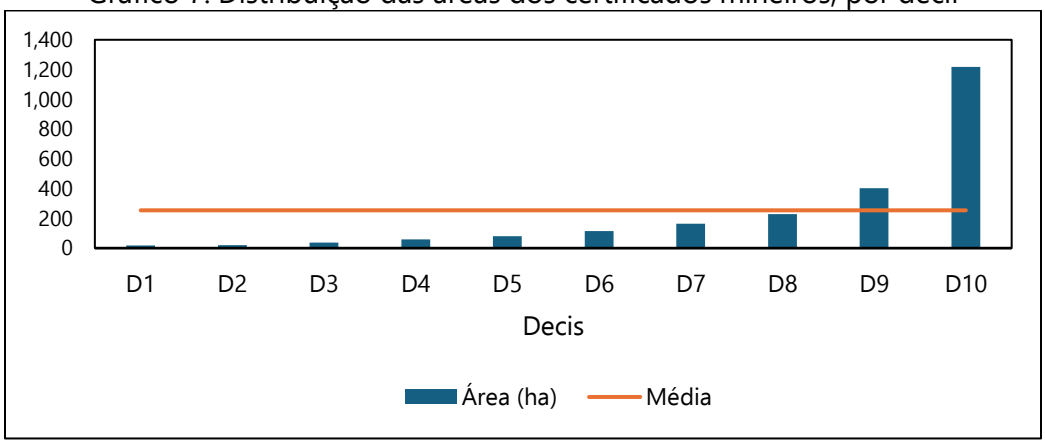


Fonte: Portal do Cadastro Mineiro de Moçambique

b) Certificado Mineiro

Os primeiros oito decis, que correspondem a 80% dos titulares, possuem áreas inferiores à média (254 hectares), enquanto os nono e décimo decis abrangem áreas entre 402,1 e 1.218,7 hectares, superiores à média.

Gráfico 7: Distribuição das áreas dos certificados mineiros, por decil



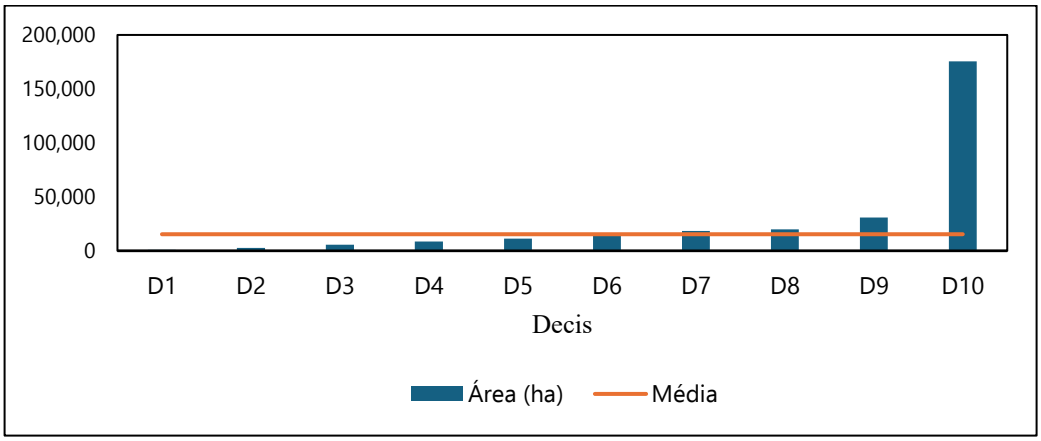
Fonte: Portal do Cadastro Mineiro de Moçambique

c) Licença de Prospecção e Pesquisa

As licenças de prospecção e pesquisa são dominadas por quatro principais empresas, que se encontram no décimo decil e possuem áreas mineiras que ultrapassam a média (15.353,2 hectares) das LPP (ver gráfico 8).

Comparando as áreas detidas pelas empresas, constatou-se que 4 empresas empresas (Someq, Lda. (175.450 ha), Mwiriti Mining, Lda. (168.050 ha), África Yuxiao Mining Development Company, Lda. (108.210 ha) e Focus 7 Exploration, S.A (97.200 ha)) detêm uma área total correspondente a 37,1% da área total concessionada para este tipo de título mineiro.

Gráfico 8: Distribuição das áreas das licenças de prospecção e pesquisa, por decil



Fonte: Portal do Cadastro Mineiro de Moçambique

3.5. Violação dos Limites Legais Estabelecidos no Regulamento da Lei de Minas Sobre as Áreas Mineiras

O regulamento da lei de minas estabelece limites para as áreas abrangidas nos vários tipos de título mineiro. Neste contexto, foram analisadas 618 licenças de prospecção e pesquisa (LPP) e 500 certificados mineiros.

Entre as licenças de prospecção e pesquisa encontraram-se 11 (1,8%) títulos de empresas que excedem os limites de área estabelecidos para explorar recursos minerais para construção (pedreiras) e uma LPP licenciada prospectar outros recursos mineiras (não minerais para construção) que excede o limite de área.

A fiscalização das actividades de exploração mineira em Moçambique depende, em muitos casos, da disponibilização de meios de transporte aos fiscais por parte das próprias empresas (a fiscalizar) que exploram os recursos minerais. Mate (2022), no seu estudo intitulado "Estado Perde Milhões de Meticais por Falta de Fiscalização da Produção de Areias Pesadas na Província da Zambézia", constatou que as autoridades governamentais do distrito de Inhassunge dependiam da "boleia" da empresa que se pretende fiscalizar. Em Cabo Delgado, um técnico dos recursos minerais referiu que existem muitas áreas objecto de título mineiro pertencentes a figuras mais importantes, que participaram na luta de libertação nacional, que não realizam as actividades conforme os fins solicitados e, quando

são levadas a cabo acções de fiscalização, os directores dos serviços distritais da área de mineração recomendam aos técnicos a não retirar o respectivo título mineiro a estas figuras, por temer represálias.

Estes factos mostram que o Estado moçambicano não tem capacidade de inspeccionar o processo de tramitação e concessão de títulos mineiros, nem de fazer cumprir a legislação, sendo fortemente influenciado pelos interesses de grupos económicos e figuras emblemáticas do partido no poder .

Estudos recentes (Hilson, *et al.*, 2021; Cortez, 2018) indicam a existência de favoritismo e atribuição privilegiada a figuras associadas ao poder político e quadros seniores ligados ao sector mineiro do Estado. Além disso, existe um desconhecimento generalizado por parte dos agentes do Estado que tramitam estes processos para realizar qualquer avaliação geológica, sobretudo pedras preciosas e semipreciosas, e baseiam-se, em muitos casos, em relatos de descobertas das famílias agricultoras rurais (Hilson, *et al.*, 2021). Um técnico do Ministério dos Recursos Minerais e Energias, em Cabo Delgado, referiu que, entre 2010 e 2011, a identificação dos locais de ocorrência de algum tipo de gemas em Namanhumbir era realizado por garimpeiros ilegais. Estes garimpeiros ilegais serviam como geólogos para a Mwiriti, Lda.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O texto analisou a distribuição dos títulos mineiros no território por indivíduos e por empresas em Moçambique. Os resultados do estudo revelam que os títulos mineiros estão concentrados a norte do rio Save. As províncias de Cabo Delgado, Nampula e Tete figuram como as que têm maior número de concessões mineiras no país. Entretanto, os certificados mineiros são o tipo de licença predominante na província de Maputo e destinam-se à exploração de areia e pedra para construção.

Constatou-se a concentração de títulos mineiros num grupo de empresas (correspondente a 20% das empresas) que detêm áreas superiores à média dos títulos analisados, que, alguns distritos, ultrapassam as áreas máximas definidas no Regulamento da Lei de Minas de 2015, excepto a concessão mineira que não tem limite máximo de área por título.

Finalmente, o estudo constatou concentração de atribuição de títulos mineiros em Moçambique num pequeno grupo de empresas mineiras.

Neste sentido, o estudo propõe que se adoptem medidas de política que podem conduzir para uma melhor governança no sector mineiro e contribuir para o crescimento económico sustentável e equitativo, a saber:

- Estabelecer um mecanismo que garante uma maior transparência no processo de tramitação e atribuição de títulos mineiros;
- Aumentar a capacidade das autoridades de fiscalização e dos responsáveis no processo de tramitação e concessão de títulos mineiros, através de alocação de mais recursos financeiros e materiais para os distritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cortez, Edson, R. O., (2018), *Velhos Amigos, Novos Adversários: As Disputas, Alianças e Reconfigurações Empresariais na Elite Política Moçambicana*. Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais. Tese de Doutoramento em Antropologia da Economia e do Trabalho. Lisboa.

INE, (2023), *Produto Interno Bruto por Província. Preliminar, 2022*. Instituto Nacional de Estatística. Maputo.

Hilson, G.; Mondlane, S.; Hilson, A.; Arnall, A. & Laing, T., (2021), *Formalization Artisanal And Small-Scale Mining in Mozambique: Concerns, Priorities And Challenges.* ELSEVIER. https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2021.102001. Acesso: 30/01/2024.

Manuel, Alberto, F., (2015), *Análise da Perigosidade de Tsunami para a Cidade da Beira, Moçambique*. Universidade de Lisboa. Faculdade de Ciências. Dissertação de Mestrado em Geologia do Ambiente, Riscos Geológicos e Ordenamento do Território. Lisboa.

Mate, Rui (2022), *Estado Perde Milhões de Meticais por Falta de Fiscalização da Produção de Areias Pesadas na Província da Zambézia*. Centro de Integridade Pública. Maputo.

Matos, Elmer, A., C. & Medeiros, Rosa, M., V., (2017), *Exploração Mineira em Moçambique: Uma Análise do Quadro Legislativo*. REVISTA NERA. Nº 38. Pp. 280-315.

MEF, (2016), *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional (IOF 2014/15)*. Ministério de Economia e Finanças. Direcção de Estudos Económicos e Financeiros. Maputo.

Moçambique, (2014), *Lei de Minas - Aprovado pela Lei nº 20/2014*. Boletim da República. 2º Suplemento. I Série nº 66. Maputo.

_____, (2015), *Regulamento da Lei de Minas - Aprovado Pelo Decreto nº 31/2015*. Boletim da República. Suplemento. I Série nº 104. Maputo.

PITCHER, M. Anne. (2003). *Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique*. Análise Social. Vol. XXVIII (168). p. 793-820.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique